**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O PROGRAMA DE DEFESA, ORIENTAÇÃO E APOIO AOS MORADORES DE RUA (DOA), REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2021, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Ada De Luca)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, estamos dando início a esta audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos, atendendo a proposição do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Moacir Sopelsa, que tem por objetivo apresentar e divulgar o Programa de Defesa, Orientação e Apoio às Pessoas em Situação de Rua (DOA).

Antes eu gostaria de deixar uma palavrinha, já que passarei o comando desta audiência ao proponente, o Deputado Moacir Sopelsa. Eu espero que esse projeto, que é só de Florianópolis, sirva de modelo para o Estado inteiro, porque nós não podemos olhar só para o nosso umbigo, aos moradores daqui, nós temos que pensar no todo, como dizia o Luiz Henrique, não olhar a árvore e, sim, a floresta. [Temos que] fazer sempre uma ação conjunta com os três Poderes, porque senão não se chega a lugar nenhum, isso eu lhes garanto, e, acima de tudo, que possamos ter políticas públicas. Se nós não tivermos a instalação de várias políticas públicas, e esse grupo vai exigir, nós não vamos ter êxito, podem acreditar no que eu estou falando.

Dito isso, passo a presidência desta audiência ao seu proponente, Deputado Moacir Sopelsa, para que faça a sua contextualização.

Desejamos uma boa audiência pública a todos e damos início ao evento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, Deputada Ada De Luca, a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Cumprimentando a Deputada Ada, quero externar os meus cumprimentos a todos os Deputados-membros desta Comissão que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento.

Quero registrar a importância de hoje estarmos aqui para tratar sobre a situação da população de rua. Eu quero dizer que esse não é um privilégio só de Florianópolis, nem um privilégio só de algumas cidades, nem só do Estado de Santa Catarina, mas do Brasil todo e acredito que do mundo também, que tem o seu problema de ver moradores sem ter onde habitar ou habitar embaixo das marquises dos prédios, embaixo das pontes, nas praças, enfim, sem ter um local digno para morar, criando dificuldades para eles e para a população. Se nós formos ver, corremos risco de saúde de pessoas que acabam se tornando pessoas perigosas; são muitos os pontos que nós precisamos construir para poder fazer com que muito menos gente... E quando nós decidimos fazer esta audiência pública a pedido do doutor Paladino, foi exatamente para que pudéssemos levar esse projeto que tem aqui em Florianópolis, Deputada Ada, para todos os Municípios do Estado de Santa Catarina.

Dito isso, quero prestar os meus cumprimentos ao Promotor de Justiça Daniel Paladino, representando o Ministério Público através da 30ª Promotoria da Capital – Área da Cidadania e Direitos Fundamentais; ao senhor Rodrigo Marques, representando o Conselho Comunitário de Segurança da Capital (Conseg); ao senhor Delegado de Polícia Wanderley Redondo, representando a Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas de Santa Catarina; e ao Tenente-Coronel Dhiogo Cidral de Lima, Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina; que aqui participam presencialmente; bem como cumprimento os que estão participando de forma remota e que consigo visualizar aqui na tela, como o senhor Claudinei Marques, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social; a senhora Maria Cláudia Goulart da Silva, Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis; o senhor Coronel Marcelo Pontes, Subcomandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o senhor Coronel Araújo Gomes, Secretário Municipal de Segurança Pública de Florianópolis; o Tenente-Coronel Pablo Neri Pereira, Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina; o Tenente Gustavo Silva, Comandante da 1ª Companhia - 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina; e o senhor Valci Brasil, Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis.

Mais uma vez quero cumprimentar todos os Deputados, todos que estão nos assistindo pelos canais de comunicação da nossa Assembleia Legislativa. Quero agradecer a disponibilidade de todos em estarem aqui. Acho importante que possamos sensibilizar todos os Poderes para podermos, juntos, realizar um trabalho melhor.

Eu passo a palavra ao Promotor de Justiça Daniel Paladino, representando o Ministério Público através da 30ª Promotoria da Capital – Área da Cidadania e Direitos Fundamentais.

**O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO** – Muito obrigado, excelentíssimo Deputado Moacir Sopelsa, digníssimo proponente desta audiência pública, em nome de quem estendo os meus cumprimentos às demais autoridades que fazem parte da mesa. Quero saudar a excelentíssima senhora Deputada Ada De Luca, Presidente da colenda Comissão de Direitos Humanos da Alesc; saúdo também as senhoras Deputadas e os senhores Deputados que nos acompanham remotamente; os demais convidados; os ilustres servidores deste cerimonial e desta egrégia Comissão; como também saúdo os meus colegas do Ministério Público Estadual: doutora Lia Nara Dalmutt, que é coordenadora adjunta do Centro de Apoio dos Direitos Humanos do Ministério Público de Santa Catarina; o Promotor Luiz Fernando Góes Ulissea, da Promotoria de Defesa da Saúde da Capital, e o Promotor Cristian Stahelin Oliveira, do Ministério Público da Comarca de São José.

Deputado Moacir Sopelsa, eu fico extremamente lisonjeado, envaidecido e agradecido pela pronta acolhida de vossa excelência quando lhe trouxemos esse *case* de sucesso chamado Defesa, Orientação e Apoio a Pessoas em Situação de Rua, DOA, um projeto criado no ano de 2017 aqui na Capital do Estado e que hoje, após quatro anos, apresenta realmente resultados auspiciosos e alentadores numa questão tão tormentosa, tão complexa e delicada como é a questão envolvendo a assistência e o trato à pessoa em situação de rua, que, diga-se, não é um fenômeno exclusivamente nosso.

Hoje, apenas estatísticas globais, posso registrar que temos mais de 33 milhões de pessoas em situação de rua no mundo, o que foi agravado agora pela pandemia da Covid, e mais de 100 mil pessoas em situação de rua em território brasileiro, dos quais, segundo o Tribunal de Contas do Estado, mais de 5.000 pessoas aqui no Estado. Aqui na Capital nós sempre trabalhamos com o número em torno de 1.000 pessoas em situação de rua, mas graças ao trabalho dessa força-tarefa, da qual eu participo e tenho muito orgulho de fazer parte dela, nós conseguimos reduzir esse número para 450 pessoas – depois os meus colegas que me sucederão aqui na fala poderão explicitar melhor esses números.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Mas o que é essa sigla DOA? Como eu bem disse, é uma força-tarefa, é a abreviatura de Defesa, Orientação e Apoio às Pessoas em Situação de Rua. Aqui está o meu nome: Daniel Paladino, Promotor de Justiça da 30ª Promotoria da Capital, eu faço parte desse grupo.

Essa força-tarefa foi instituída em 2017, como eu disse, para poder contribuir com o auxílio às pessoas em situação de rua, que é considerado um grupo vulnerável, que sempre ao longo do tempo historicamente careceu de maior atenção por parte do Poder Público, da própria sociedade, chamado grupo invisível. E nós, do Ministério Público, nos dispusemos a trabalhar mais atentamente, com mais empenho e dedicação, para saber da necessidade dessas pessoas, por que elas estavam nas ruas, como nós poderíamos de alguma forma construir pontes e minimizar o sofrimento delas. De onde elas são? Por que estão nas ruas?

E, para a minha felicidade, Deputado Moacir Sopelsa, nessas minhas andanças, nesse meu caminhar eu encontrei várias pessoas dispostas a trabalhar nesse projeto com os mesmos propósitos, com as mesmas ambições, não por um projeto pessoal, mas realmente de ajudar, de contribuir com essas pessoas, de contribuir com a cidade, de tornar o nosso ambiente mais humano, mais receptivo, mais acolhedor. E a Força-Tarefa DOA representa todo esse esforço, toda essa integração de vários órgãos, várias entidades da sociedade civil. Ela é inovadora e é revolucionária por quê? Porque ela abarca um grupo, uma coletividade de pessoas que se uniram em torno da mesma causa com o objetivo de resgatar a dignidade dessas pessoas desamparadas e dar qualidade de vida a elas. [*Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

É um projeto inovador, revolucionário, ouso até dizer que em nenhum rincão do Estado e quiçá do Brasil nós temos um projeto dessa envergadura ou com essa integração perfeita, com essa articulação entre órgãos do Poder Público e entidades da sociedade civil, tanto é verdade que do resultado, do êxito, do sucesso da Força-Tarefa DOA, outras forças-tarefas foram criadas, como a Força-Tarefa Imóvel Seguro, a Força-Tarefa Estruturas e a Força-Tarefa Cuida, as quais nós teremos a oportunidade de em outro momento também detalhar.

Essa Força-Tarefa DOA, apenas para o senhor ter conhecimento, os Deputados e as Deputadas que também fazem parte desta Comissão, no interregno de quatro anos, já realizou mais de quinhentas operações de rua através de abordagens de pessoas e encaminhamentos para centros de acolhimentos através do retorno da compra de passagens dessas pessoas para as suas cidades de origem, através de qualificação profissional, através de inúmeros serviços até então inimagináveis para esse universo de pessoas em situação de rua, desse grupo de pessoas vulneráveis.

E, nesse particular, Deputado Sopelsa, eu faço um agradecimento e estendo os meus parabéns à Prefeitura de Florianópolis, ao Prefeito Gean Loureiro, à Secretária de Assistência Social Maria Cláudia Goulart e também ao Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Assistência Social Jeferson Melo, que a pedido da Força-Tarefa DOA, da qual o Município também faz parte, entenderam o tamanho da problemática e criaram uma estrutura compatível hoje com a demanda da Capital do Estado. Se nós não temos ainda ou não alcançamos um ponto de excelência, nós temos um serviço que se distingue muito de outras cidades no Brasil. É um serviço que compreende centros de acolhimentos em que o Centro POP é expoente aqui no nosso aterro para pernoite de pessoas em situação de rua, com capacidade superior a própria demanda, tanto é verdade que nós temos leitos ou vagas ociosas todas as noites. São três centros de acolhimentos de pessoas em situação de rua com serviços realmente destacados como, por exemplo, fornecimento de café da manhã, de almoço, de lanche da tarde, serviços e local para banho dessas pessoas em situação de rua, serviço de barbeiro, atendimento através de pedagogas e atendimento psicossocial, e cursos para formação profissional das pessoas que assim desejarem. Então é um diferencial que Florianópolis hoje conta para o atendimento digno e satisfatório desse universo de pessoas.

O trabalho desse grupo, dessa Força-Tarefa DOA, eu posso resumir em dois pilares, Deputado, primeiro: o planejamento das ações, todas as ações são planejadas, todas as ações são discutidas; não existe uma hierarquia dentro da Força-Tarefa DOA, existe uma horizontalidade em que todos discutem sobre tudo, a sociedade civil, os órgãos públicos e todas as decisões são colegiadas. Segundo: eu posso destacar também que praticamente todas as entidades da sociedade civil se fazem representar dentro da Força-Tarefa DOA. A partir dos resultados que alcançados, através da magnitude desse trabalho, nós vimos, ao longo desses quatro anos, esse grupo se ampliar, esse trabalho se ampliar igualmente. Começamos com duas entidades da sociedade civil, a CDL e também o Conseg Centro, e hoje nós temos mais de dez entidades participantes, além do Ministério Público Estadual, da Prefeitura de Florianópolis, da Polícia Civil através da Delegacia de Pessoas Desaparecidas, bem representada pelo nosso delegado Wanderley Redondo, da Polícia Militar aqui representada pelo Comandante Dhiego Cidral, do IGP... nós temos tantos outros grupos e tantos outros órgãos que esse trabalho de coordenação se tornou até simples, porque a vontade das pessoas de contribuir e de ajudar fez com que nós realmente subíssemos muitos degraus naquilo; nós superamos os limites dos números e os resultados produzidos - depois acho que o Rodrigo vai poder explicar melhor, o doutor Redondo e o Tenente Cidral.

Como bem disse a Deputada Ada De Luca, essas ações têm que ter efetividade, têm que ter continuidade, têm que ascender a um nível mais alto envolvendo, inclusive, organismos não somente municipais como também estaduais. E nós temos feito ao longo desses quatro anos inúmeras reuniões para divulgar o trabalho da Força-Tarefa DOA, tanto é verdade que, inclusive, outros Estados nos procuraram para conhecer esse modelo de sucesso, esse modelo de resultado e quem sabe até copiá-lo ou pelo menos entender o formato dele e poder aperfeiçoá-lo.

Como eu disse, todo trabalho é feito através de um planejamento, as ações de rua são feitas diariamente e eu gostaria, se possível, pedir para que nós pudéssemos mostrar de forma simplificada um roteiro que é seguido diariamente pelas equipes de abordagem e sensibilização que estão nas ruas. Vejam: a cada dia nós seguimos um roteiro, esse é um relatório de um dia específico contemplando o centro da cidade, áreas do Continente, como também o norte da Ilha, o sul da Ilha. Ou seja, todas as áreas, todas as regiões são contempladas através desse cronograma que é elaborado pelas equipes de abordagem, de sensibilização, de modo que as pessoas de rua que são encontradas e ouvidas são encaminhadas ou pelo menos recebem orientação de que existem, sim, equipamentos que podem acolhê-las aqui no âmbito da Capital do Estado, locais onde elas podem comer, locais onde elas podem fazer sua higiene pessoal, locais onde elas podem se aprimorar ou se qualificar profissionalmente, porque eu entendo particularmente que a dignidade não reside apenas em um prato de comida, em um prato de sopa, ela vai muito além disso. Todo esse trabalho é feito inclusive com orientações agora sobre protocolos em relação à Covid, sobre segurança sanitária, então, realmente é um *case* de sucesso, do qual eu meu orgulho e mais, eu me orgulho muito de poder trabalhar com essas pessoas que fazem a diferença. Aqui estão três delas, talvez as principais, mas nós temos muitos outros que eu poderia enumerar: o Comandante Marcelo Pontes, o senhor Hélio, da CDL, a Secretária Maria Cláudia, o Secretário Adjunto Jeferson e tantos outros que fazem parte desses esforços, dessa articulação e desse planejamento.

 Aqui apenas para ilustrar (*mostra várias fotos*) são fotos de como é feito esse trabalho, como é feita essa abordagem diária das equipes atuando no centro da cidade e em outras regiões também, ouvindo as necessidades dessas pessoas para poder fazer os encaminhamentos corretos.

Registro a importância fundamental de um trabalho também de identificação que é feito pela Delegacia de Pessoas Desaparecidas, através do Delegado Wanderley Redondo, um trabalho fundamental como eu disse, porque sem a identificação ou sem a qualificação dessas pessoas, sem nós termos o perfil delas, como nós poderíamos realizar e estruturar um trabalho sem conhecer a realidade que nos cerca? Então, meus parabéns ao doutor Wanderley Redondo e também à equipe do IGP por esse trabalho de qualidade que é feito aqui dentro da Força-Tarefa DOA.

Basicamente seria isso, Deputado Moacir Sopelsa, eu agradeço muito a oportunidade e me coloco à disposição. Estamos aqui para apresentar o trabalho, mas também como ouvintes para poder eventualmente corrigir alguns rumos, aperfeiçoar algumas normativas que ainda não se encontram num padrão de excelência; estamos sempre aprendendo uns com os outros, ouvindo, escutando, participando de reuniões de associações comunitárias, de conselhos de segurança, ou seja, estando frente a frente com a comunidade e com as pessoas em situação de rua para poder entender realmente quais as necessidades desse universo de pessoas vulneráveis.

Muito obrigado e devolvo a palavra à vossa excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, doutor Daniel Paladino. Parabéns ao trabalho que vossas excelências realizam.

Com a palavra o senhor Rodrigo Marques, representando o Conselho Comunitário de Segurança da Capital (Conseg).

**O SR. RODRIGO MARQUES** – Muito boa-tarde a todos.

Mais uma vez obrigado, Deputado Sopelsa, obrigado, doutora Ada De Luca e amigos que aqui estão.

Eu me sinto muito confortável em falar desse tema porque eu vim para Florianópolis aproximadamente há seis anos e quando aqui estive notei que o problema das pessoas em situação de rua era um problema que precisava ser tratado e, obviamente, quando eu entrei no Conseg, Conselho Comunitário de Segurança - eu aqui estou tão somente como um ente da sociedade civil organizada -, notei que a gente precisava discutir esse assunto. Mas como o senhor muito bem observou, Deputado, isso não é um problema de Florianópolis, isso não é um problema de Santa Catarina, isso é um problema mundial e, mais que tudo, isso é um problema histórico. Para que os senhores e senhoras tenham ideia, se procurarmos na Bíblia, já vamos ver pessoas em situação de rua. E, normalmente, Deputado, nós gostamos de usar o termo pessoa em situação de rua, porque nós não entendemos que moradores de rua seja um termo correto, já que ninguém deve morar na rua, até porque legalmente não é possível, porque a rua não é de ninguém, é de todos, e também porque não tem absolutamente nenhuma dignidade em morar na rua.

Se puderem projetar a apresentação do DOA, eu faço rapidamente a exposição. Aproveito este momento para agradecer pela iniciativa e parabenizá-los, Deputado, pois é muito importante que esse assunto seja colocado, e, mais importante ainda, é o que a Deputada Ada De Luca falou, que seja um exemplo para o Estado e até para o nosso país. O DOA tem ido para vários outros Estados e tem feito muitas interlocuções exatamente buscando levar esse *case* à frente.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Basicamente a Força-Tarefa DOA é composta pelo Ministério Público Estadual, pela Prefeitura de Florianópolis, que é importantíssima, pelo Conselho Comunitário de Segurança, pela nossa valorosa Polícia Militar e pela nossa valorosa Polícia Civil. Como o doutor Daniel Paladino muito bem falou, é um grupo que trabalha com defesa, orientação e apoio a pessoas em situação de rua.

Essa apresentação tem uma contextualização, que praticamente vou pular, porque o doutor Daniel Paladino, que me antecedeu, já explicou basicamente tudo. Mas é importante colocar que nós estamos nessa força-tarefa há quatro anos e, principalmente, doutor Paladino, além dos 330 mil que o senhor colocou, temos no mundo 550 milhões de pessoas classificadas como *homeless*,nem todas pelas características que nós temos aqui, algumas por problemas de guerra, outros por problemas como terremotos e outros cataclismos, mas, no Brasil, o último número que nós temos, que é de 2016, ou seja, cinco anos atrás, fala em 101.850 pessoas em situação de rua, o que é algo extremamente grave. [*Transcrição:**Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

Eu vou me ater, já que o doutor Daniel Paladino me fez o favor de colocar praticamente muitas das informações... Eu costumo dizer sempre que imagens falam mais do que palavras. (*Mostra várias fotografias.*) Essa imagem é na rua Josué Di Bernardi, que é exatamente a divisa entre Florianópolis e São José. Nós fizemos mais de quarenta operações para conseguir resolver esse problema e, hoje, nós temos uma situação absolutamente melhor. Ah, a situação está totalmente sob controle? Não. Eu costumo dizer que quem acha que pessoas em situação de rua vão ser zeradas, das duas uma, ou é muito otimista, ou é muito inocente. Por quê? Porque nós temos que entender que o nosso grupo trabalha tão somente dentro da mais estrita legalidade. Então, se o cidadão quiser permanecer nessa situação que vocês estão vendo, óbvio, ele tem o direito de permanecer na rua, como qualquer um de nós, se quiser ficar três dias sentado na rua, não tem problema. O que você não pode é passar por essas cenas que nós estamos vendo, aquela barraca laranja ali (*aponta para a imagem*), Deputado, é na Praça Forte São Luís, em frente ao BeiramarShopping, ou seja, um dos endereços mais vistos e valorizados da nossa Capital. Essa foto é na saída da cidade, no Elevado Rita Maria, e *n* outros. Inclusive aquele é vizinho da nossa Alesc aqui, na área da Gustavo Richard.

Então isso mostra que não há limite para a capacidade de adaptação das pessoas, não é? Darwin estava correto, não é o mais forte e, sim, o mais adaptável, e o ser humano é exemplar nesse sentido. Lamentavelmente, em condições totalmente insalubres, em condições em que a dignidade humana obviamente não existe.

Aí temos alguns lugares, Prédio das Diretorias, terrenos, imóveis e a condição que nós encontramos. É muito difícil qualquer pessoa aceitar que um ser humano possa conviver nessa condição. E saibam, senhores e senhoras, lamentavelmente nós temos uma questão de drogadição muito relevante, principalmente pelo *crack*, o que torna essas pessoas vulneráveis a ponto de viverem nesse tipo de ambiente, absolutamente insalubre, que gera risco sanitário inclusive não só para ela, como também para os moradores ao redor disso.

Nessa foto (*aponta para a imagem*), aquele imóvel que está à esquerda, abaixo, é uma casa exatamente na Frei Caneca que pertenceu à família Ramos, Vidal Ramos e todos os outros. Um imóvel histórico sendo absolutamente vilipendiado por pessoas que não têm nenhum comprometimento, a não ser com a sua drogadição e a não ser com não querer aderir a serviços que estão disponíveis para elas. Muitos desses serviços construídos - e aí faz coro o doutor Daniel Paladino - pela Prefeitura de Florianópolis, e que sirva de exemplo para outras Prefeituras. Porém, nós não podemos em nenhum momento tirar a responsabilidade da sociedade, por quê? Na foto anterior temos ali uma cena na qual tem uma caixa de uma televisão de 70 polegadas. Poxa, um cidadão que coloca uma caixa de televisão de 70 polegadas na rua, desculpa, não tem consciência do próprio lugar onde mora, o.k.? Essa imagem fica atrás do Hospital Celso Ramos. Como nós estamos falando para o Estado, talvez alguns não vão saber.

Aquela barraca (*mostra foto*) está no Parque da Luz, o maior parque da cidade, e, lamentavelmente, naquela condição ali quando lá chegamos. Tudo está interligado, infelizmente, Deputado, drogas, crime, abandono. E eu chamo a atenção não só para aquela pedra de *crack*, como para aquele alicate, que não é para cortar unha, certamente, é para arrombar algum comércio, alguma residência. Ali abaixo nós temos uma cena que muito me choca, até porque eu lá estive, o doutor Paladino e o doutor Redondo também: Andréia, 35 anos, naquela condição, soropositiva, no Clube 12 da Avenida Hercílio Luz, na Capital, que tem o melhor IDH dentre as Capitais do País – uma cena como essa não é aceitável, é uma cena absolutamente forte. Depois de muitas visitas conseguimos levar Andréia a se internar, mas, infelizmente, ela veio a óbito uma semana depois. Mas essa era a condição que nós víamos: uma pessoa abandonada num colchão no meio da rua. E o pior, tem gente que defende o direito dessa pessoa assim permanecer.

Isso não é direito, é uma condição absolutamente inaceitável como sociedade. E é contra isso, e exatamente para essas pessoas, que nós trabalhamos fortemente pela Força-Tarefa DOA.

Desafios, riscos e ameaças. Eu vou poupar vocês, mas essa é uma apresentação que pode levar até duas horas de fala, e a gente elenca ali (*aponta para a imagem*) muitos desafios, muitos riscos e muitas ameaças. O senhor vai notar que tem muito da veia empresarial – eu sou empresário há 31 anos -, e tenho muito orgulho de fazer parte da Força-Tarefa DOA, inclusive porque nós a fundamos no Conseg, mas existe um tempo que a gente brinca e chama de pré-DOA, porque o doutor Paladino, o Coronel Pontes, o Coronel Araújo Gomes, que nos assistem, o doutor Wanderley Redondo, o Hélio da CDL, já faziam parte, e o que a gente fez foi trabalhar um pouco mais a metodologia para deixar claro quais são os problemas que enfrentamos.

Um dos pontos que muita gente pergunta é: por que a Polícia Militar lá está? Por que a Polícia Civil, a Guarda Municipal e as forças de segurança lá estão? Não se enganem, senhoras e senhores, não tem só anjinho na rua. Lamentavelmente nós temos muitos marginais que se escondem na capa da invisibilidade de estar na rua e, com isso, fazem com que as pessoas em situação de rua sejam suas principais vítimas. O senhor, Deputado, vai para a sua casa e vai fechar sua porta; eu vou para a minha casa e vou fechar a porta; e o cara que está na rua? E a mulher que está em situação de rua? Inclusive nós já tivemos vários e vários casos de homicídio, de estupro, de furto, fora outras violências.

Além do que, de todo o levantamento que nós fizemos, 81,25% de todos os furtos e arrombamentos que ocorreram no centro da nossa Capital, em que os autores foram encontrados e que os B.Os. foram feitos, eram pessoas em situação de rua. Isso prova que a drogadição e a capa da invisibilidade da rua fazem com que muitas pessoas caiam na vida do crime. Não estou dizendo que todas as pessoas em situação de rua são criminosas, muito pelo contrário, mas é para elas que nós trabalhamos, para que elas não sejam agredidas por esses marginais que ali estão.

Para quem não sabe, essa imagem fica embaixo da nossa Ponte Pedro Ivo Campos, é a mesma tanto nela como na Colombo Salles – principal e basicamente, até bem pouco tempo, únicas saídas até a reforma da nossa Hercílio Luz –, e essa era a condição que a gente encontrava debaixo da ponte. Inclusive, com um dos líderes do movimento de pessoas em situação de rua alugando embaixo da Ponte Pedro Ivo para pessoas ali habitarem. Quando nós chegamos lá pela primeira vez tinham 46 pessoas, entre homens e mulheres, vivendo na região e nos arredores da ponte e dos clubes de remo. Isso é algo absolutamente inaceitável e se não houvesse a Força-Tarefa DOA – e digo isso porque estive em São Paulo, em Belo Horizonte, no Rio, inclusive recentemente, e estou indo a Recife esta semana –, nós teríamos uma condição de 100 pessoas, 200 pessoas ali facilmente, Deputado.

Como eu sempre digo, se o senhor tirar uma planta de uma área de mangue, provavelmente o senhor será preso com crime inafiançável. Isso aí é o que acontece do outro lado de onde nós estamos, do lado do CentroSul, naquele manguezal. Olha a condição que o sujeito deixou (*mostra foto*). Ali é um imóvel exatamente no Largo da Alfândega, vejam a condição que o imóvel histórico ficou, completamente vilipendiado.

Eu quero chamar a atenção para um fenômeno que eu costumo usar o nome de “coitadismo”. Lamentavelmente a nossa sociedade acha que ajudando as pessoas está resolvendo o seu problema, mas não, não está! Aquelas roupas todas jogadas ali (*aponta para a foto*), Deputado, Promotor, Coronel, Delegado, está em plena Vidal Ramos, uma das ruas mais importantes da nossa cidade. Pessoas que doaram e as pessoas em situação de rua, cientes de que vão receber mais, jogaram ali de qualquer forma. Ali embaixo é uma foto da Praça XV, ou seja, o coração da nossa cidade com aquela quantidade de roupas.

Então vocês que estão nos ouvindo agora, lembrem-se, não adianta só doar, tem que doar de forma responsável.

E aqui, nessa foto, comida, um saco de comida – e eu digo isso porque fui eu que tirei essas fotos, então posso assumir a autoria delas –, uma quantidade absurda de comida sendo desperdiçada, que normalmente é dada por pessoas. E não se enganem, o “coitadismo” vai a tudo. Aquela plaquinha em que está escrito a palavra fome que vocês veem no sinal, eu garanto aos senhores e senhoras, não existe fome na cidade de Florianópolis, pois são quatro refeições por dia. Lamentavelmente, boa parte daquele dinheiro vai para a compra de drogas. Então, quando os senhores e as senhora pensarem em dar esmolas, lembrem-se que nós estamos financiando o tráfico de drogas, infelizmente. Lembrem-se que o “coitadismo” não resolve, nós temos que trabalhar de forma técnica e responsável para que não tenhamos esse tipo de quadro.

Eu garanto ao senhor, Deputado, que muitas pessoas gostariam de ter aquelas roupas em casa e estão lá, jogadas no lixo. Isso é absolutamente comum. Eu digo isso porque das mais de quinhentas operações do DOA, eu, pessoalmente, como voluntário, trabalhei em mais de trezentas, e isso é muito comum. Lembre-se também toda vez que alguém lhe pedir um leite ninho ou lhe pedir um pacote de fraldas, lamentavelmente isso vai parar numa boca de fumo em troca de *crack*, e o pior, o traficante ainda vai tirar onda de defensor social e distribuir na sua comunidade. Então, muito cuidado com doações e com “coitadismo”.

Bom, esse é o modelo que a gente usa (*aponta para a imagem*), Oportunidade, Cidadania e Reinserção, que a gente chama de Método OCR –

nós adoramos acrônimos, PSRs, DOAs, OCRs e tudo mais. Mas, enfim, são algumas formas de criar oportunidades, de resgatar a cidadania e fazer a reinserção na sociedade. Vou poupá-los disso, já que temos tempo um tanto quanto exíguo e o doutor Paladino já fez uma brilhante exposição sobre boa parte disso.

As soluções, Deputado, Deputada Ada e todos que nos assistem, na maioria das vezes nós gostamos das mais simples, que são mais eficientes. Não se enganem, toda vez que vocês observarem uma aglomeração de pessoas em situação de rua, a menos de 50 metros vai ter uma torneira de água. O ser humano depende de água e, às vezes, em contato com a Casan, como nós temos um ótimo contato, o corte de água de uma torneira dessas desestimula o estabelecimento daquelas pessoas naquela área.

Rede de informantes, muito importante; a doação responsável, como eu falei, a interlocução com a sociedade civil. Hoje, boa parte das operações do DOA não é norteada além do nosso planejamento e, sim, porque muitas pessoas não só acreditam como nos passam informações, dizendo: estamos com problema aqui, estamos ali. E nós vamos cirurgicamente atuando em cima disso.

Outro ponto sobre o qual quero chamar atenção é o voluntariado. Talvez a grande beleza da nossa Força-Tarefa DOA, e faço questão sempre me citar isso, é que ao mesmo tempo em que não somos de ninguém, nós somos de todos. Nós somos uma força-tarefa que não tem dono. Nós temos a Prefeitura, temos o Ministério Público, temos a Polícia Militar, temos as donas de casa, temos os empresários e, ao mesmo tempo, não temos ninguém que diga assim: o DOA é meu. Muito pelo contrário, aqui eu faço elogio ao meu amigo doutor Daniel Paladino, que tem essa nobreza de fazer dessa forma. A gente sempre diz que ele é o coordenador e ele diz que não é, porque na verdade a nossa ideia é trabalhar de forma horizontalizada. E faço inclusive o convite a qualquer um que queira participar de qualquer das nossas operações, estão convidados para isso.

Casos de sucesso. Para quem conhece Florianópolis, a Faixa de Gaza, como eu citei; a Praça XV, lembram como era o coreto da Praça XV? Um absurdo. E aqui eu dou os parabéns à nossa Guarda Municipal, ao nosso comandante Valci Brasil, ao nosso Secretário Araújo Gomes, à nossa Polícia Militar, que está sempre trabalhando fortemente para manter as nossas áreas de forma segura. Nós temos aí outros casos, como a demolição na Vidal Ramos de um imóvel que era cheio de pessoas em situação de rua e não raro pessoas em drogadição; as pontes, como eu acabei de falar, e muitos de vocês devem ver algumas pedras debaixo dos túneis, debaixo das pontes, são formas de criar zonas de desconforto para que essas pessoas ali não permaneçam; a Força-Tarefa Imóvel Seguro, muito importante, é uma força-tarefa coordenada pelo doutor Paladino que faz exatamente isso, pega esses imóveis, chama os proprietários e faz com que tenham essa condição.

Bom, essas fotografias (*aponta para a imagem*) representam muitos dos casos que acabei de citar. Essas pedras são muito importantes, o corte de água, a energia disponível e o que eu mais gosto, os casos de sucesso voluntário. Aquela foto ali embaixo mostra a refeição que é servida na Passarela da Cidadania, antes por voluntários, hoje por uma empresa contratada, mas ainda com voluntários trabalhando, e as placas que nós espalhamos pela cidade inteira. Isso é muito importante e foi um excelente trabalho da Diope, da Prefeitura Municipal.

Na sequência, e não menos importante, pessoas. Por isso eu falei para o senhor no começo, Deputado, que falamos de pessoas em situação de rua, porque no fundo são pessoas. Ali é uma foto de uma pessoa (*aponta para a imagem*) que foi enganada ao vir para cá trabalhar, pois não tinha absolutamente trabalho nenhum e não conseguia dinheiro para voltar para a sua cidade. Esse é um trabalho que a Prefeitura também faz muito bem, ou seja, concessão de passagem desde que os vínculos sejam restabelecidos e não turismo com o dinheiro público, portanto se liga para a família, restabelece-se o vínculo e faz-se com essa pessoa volte.

Essas outras imagens mostram as nossas abordagens; as pessoas que trabalham na nossa área de alimentação – olhem que coisa linda, é algo bastante emocionante e faço o convite a qualquer um dos senhores e das senhoras para que estejam ali na Passarela da Cidadania para olhar esse trabalho; e os nossos guerreiros da Comcap, porque infelizmente, Deputado, os caras enfrentam condições que eu diria para o senhor que poucos conseguiriam enfrentar.

Enfim, essa é a minha fala, não vou tomar muito mais tempo, mas eu gostaria só de colocar o último *slide* – *slide* mostra que sou um pouco antigo (*ri*) –, porque muitas vezes as pessoas dizem, como disseram muito para o doutor Paladino, para o doutor Redondo, para mim, para o Cidral: vocês não vão conseguir, é impossível, isso aí não tem como resolver. E para essas pessoas eu deixe um recado: nós não estamos enxugando gelo, nós estamos evitando um *iceberg,* porque depois que o *iceberg* se formou, parceiro, não tem quem dissolva.

Basicamente essa é a minha fala. Muito obrigado pela oportunidade e espero poder seguir junto com os senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** - Muito obrigado, doutor Rodrigo.

Olha, quero ser muito sincero, eu estou aprendendo muito e acredito que todos os demais. E tenho absoluta certeza que nós precisamos fazer, como disse o doutor Paladino, as ações planejadas, pois quando as ações são planejadas, nós sabemos onde estamos investindo.

O doutor Paladino pediu a palavra novamente.

**O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO** – Deputado, só para reparar um ato falho da minha parte – esse é o perigo que a gente corre quando acaba nominando pessoas. Eu acabei esquecendo, de forma não proposital, o nome de um dos grandes protagonistas e um dos cofundadores da Força-Tarefa DOA, que hoje é o nosso Secretário da Segurança Pública de Florianópolis, Araújo Gomes, que foi Comandante-Geral da Polícia Militar e um dos grandes expoentes da nossa força-tarefa, mesmo antes, como o Rodrigo falou, na época pré-DOA. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então, devemos muito a ele realmente pelo aprendizado e pelas grandes lições que nos passou, que nos ensinou, e que hoje resultaram nesse trabalho excepcional que é feito por essa força-tarefa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** — Feito, doutor Paladino, o registro. E o Coronel Araújo é realmente uma pessoa que tem a estima de todos nós, acredito que de todos os catarinenses e de muita gente que não vive em Santa Catarina.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** — Presidente Moacir Sopelsa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** — Pois não, Deputada Ada.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** — Posso dar uma palavrinha, porque eu tenho que ir para outra *live*.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** — Pode, Deputada Ada.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** — Eu só queria dizer uma coisa, porque todos que me conhecem, inclusive o doutor Paladino, todos sabem das minhas lutas e das minhas causas, que não são de agora, são de muitos e muitos anos.

Quero parabenizar essa doação do doutor Paladino, esse espírito que ele tem e sempre teve, então quero parabenizá-lo, mas como parte fundamental da estratégia social, as instituições competentes devem encarar esse desafio, porque é um desafio, analisando, planejando e executando como encarar as políticas públicas adequadas à população em situação de rua.

Se nós pensarmos bem, e eu, como tenho muita experiência — não quero dizer muita, pois talvez não tenha tanto quanto eu acho que tenho —, nós temos soluções? Temos, desde a hora em que nós tenhamos o quê? Que nós tenhamos toda a parte de saúde pública organizada, planejada, a parte inclusive neurológica, a parte de Aids, a parte de álcool, de alcoólatras, enfim. O risco sanitário para o pessoal de rua é muito grande, como também é grande para a sociedade.

Eu creio, doutor Paladino e autoridades que estão aí, que deveríamos até programar uma cartilha, mas é a tal história, tanto o Deputado Sopelsa, que está presidindo a sessão, como eu e os demais quarenta Deputados, nós podemos fazer só audiência, nós não temos capacidade de mando, entenderam?

 O Rodrigo eu também quero elogiar, conheço o trabalho dele há muito tempo, quero elogiar bastante. Um alto empresário, envolvido com a classe menos... quer dizer, a classe vulnerável, a classe quase que leprosa para a sociedade. Então quero elogiá-lo, assim como a todos que estão participando da audiência, como a Lia, que eu sei que é uma grande batalhadora.

Uma pergunta que eu quero fazer: está aumentando ou existe alguma coisa sobre o número de moradores de rua com Covid? Eu sempre pergunto sobre os moradores de rua com a situação da Covid e não encontro nunca uma resposta plausível, que seja contundente, que seja real. Sempre recebo como resposta: parece, não sei, acho que tem, acho que são tantos, acho que não sei o quê. Então, alguém aí podia me informar isso?

**O SR. RODRIGO MARQUES** — Deputada, mais uma vez, um grande prazer falar com a senhora.

Esse é um grande mistério, Deputada, não só um mistério de Florianópolis, como do Brasil inteiro. Quando nós começamos com a Covid, aqui na Passarela da Cidadania foi feito um esforço muito grande da Prefeitura Municipal e houve uma concentração...

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** — Mas por que essa camuflagem? Nós temos que saber. Será que vocês não poderiam levantar essas informações, Rodrigo e toda a equipe que trabalha junto, inclusive para que possamos ir para a tribuna falar, denunciar?

**O SR. RODRIGO MARQUES** — Nós cobramos, Deputada, inclusive da própria Secretária Maria Cláudia. A Prefeitura prontamente fez testes nessa população, alugou um hotel para pessoas com suspeita de Covid e, para a nossa surpresa, pelo menos da parte Prefeitura nada foi relatado. Eu falo muito com a Secretária Maria Cláudia e ela me diz que realmente não têm nenhum caso relatado, mas pode ser que esse número tenha mudado.

Essa é uma grande surpresa, Deputada, porque para quem conheceu a Passarela da Cidadania na condição em que estava, no começo da Covid, o Coronel Cidral estava, o doutor Redondo e o doutor Paladino, nós tínhamos em torno de quatrocentas pessoas, quinhentas pessoas, e a senhora vai me entender claramente, porque a senhora é muito direta como eu: para um cara que não tem condição de higiene mínima, máscara então esquece, condição de isolamento social também esquece. Inclusive era uma grande preocupação nossa, porque essas pessoas têm uma condição de circulação na cidade muito grande e no começo nós entendemos que seriam um vetor muito forte.

Para a nossa surpresa, o que as autoridades municipais nos relatam é que não há casos de Covid nessa população, fato é que o hotel foi alugado e todos que tiveram suspeitas, segundo a Prefeitura, não apresentaram Covid. O único caso de alguém que foi enterrado com suspeita de Covid de fato não era Covid, depois o resultado saiu.

Mas eu deixo isso para uma conversa separada, para não tomar o tempo aqui dos meus colegas, e me coloco à disposição da senhora, se a senhora quiser falar um pouco mais sobre isso, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA** — Quero só agradecer a presença de todos vocês, esta Comissão está sempre à disposição para procurarmos uma situação melhor, tanto para os desgraçados, porque ninguém nasce e quer morar na rua, ninguém nasce para isso, como eu acho que também ninguém nasce para ser criminoso, a percentagem que está no DNA deve ser pouca, entende? O resto é o meio, é o meio que envolve, são várias situações, esse é o meu entender.

Agora nós temos que lutar contra e temos que realmente admitir que assim como está não pode ficar. E acho, doutor Paladino e Rodrigo, que ainda dá tempo, porque Santa Catarina é pequena, em Santa Catarina os pontos são facilmente identificados, porque em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte é uma desgraça, pelo próprio tamanho geográfico. Então, acho que nós aqui ainda temos muita coisa condição de fazer, basta querer fazer e basta ter vontade política.

Muito obrigada a vocês.

Deputado Sopelsa, eu tenho que sair, tenho que ir para outra *live*. Um abraço, Deputado Sopelsa, e muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** — Muito obrigado, Deputada Ada, vossa excelência sempre atenta e pensando sempre na coletividade e no bem das pessoas. Muito agradecido.

Vamos ouvir agora a senhora Maria Cláudia Goulart da Silva, Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

**A SRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL MARIA CLÁUDIA GOULART DA SILVA (Florianópolis/SC)** — Boa tarde, Deputado Moacir Sopelsa. Quero agradecer a oportunidade e parabenizá-lo pela iniciativa, também a Deputada Ada De Luca, agradecer pela oportunidade de apresentar aqui junto com essa força-tarefa, e eu agregaria à apresentação do Rodrigo que o grande *case* de sucesso é a própria força-tarefa. Poder realizar ações de forma integrada com a sociedade civil organizada, com o Ministério Público, com as frentes de segurança estaduais e municipais é o grande *case* de sucesso e é o que representa esse resultado que pode hoje ser apresentado e referenciado para todo o Estado e todo o País. É uma honra para a Prefeitura de Florianópolis fazer parte dessa iniciativa. Mas quero agradecer a todos os presentes, os participantes, não incorrer no risco de deixar de mencionar cada um dos presentes, mas todos que compõem essa força-tarefa, desde 2017, e que vêm agregando todo o trabalho realizado.

Na Assistência Social nós temos outras frentes de atuação, Equipe de Sensibilização, Equipe do Resgate Social, e para cada uma delas um objetivo, uma frente, uma força de atuação. Mas a força-tarefa vem agregando resultados, pois consegue ampliar e integrar todas as frentes de atuação de forma integrada. Antes de existir a força-tarefa e nas ações que são mais pontuais, são realizados encaminhamentos e o resultado não é tão na excelência como nós encontramos na força-tarefa.

Esse cronograma é realizado diariamente, em diversas regiões da cidade, uma frente que agrega e que demonstra para a sociedade, que solicita as abordagens, que solicita a frente de atuação, seja por uma aglomeração ou uma invasão de espaço público, uma preocupação com as pessoas que estão ocupando aquele espaço e não tiveram, por muitas vezes, qualquer intervenção do Poder Público, tem demonstrado resultados importantes. Mas quero destacar aqui, porque é importante, que é preciso reconhecer que cada um dos entes cria as possibilidades e agradecemos todas as instituições envolvidas que disponibilizam pessoas, força de trabalho, material e instrumentais para que essa força-tarefa ocorra.

Desde o início da nossa atuação vimos conversando em conjunto para criar as oportunidades, então fontes de encaminhamentos. Não basta nós abordarmos se não tivermos serviço para ofertar para essas pessoas; não basta ofertar e encaminhar se a sociedade não souber o quanto a esmola pode prejudicar o trabalho; não basta fazer todos os encaminhamentos se a Susp não puder atuar em conjunto, se a força de segurança não estiver dando apoio e suporte, se a Comcap não estiver em conjunto fazendo a organização e a limpeza do espaço. Então, é importante todo o trabalho realizado de forma conjunta.

Importante também destacar aqui o orçamento investido. Vejam bem, o recurso disponibilizado pelo governo do Estado para toda a assistência social está num montante, este ano de 2021, de R$ 1.275.510,20. É cerca de um terço de todo o recurso só utilizado e investido pela Prefeitura de Florianópolis, recursos próprios da Passarela da Cidadania. Então é importante, porque política pública se faz também com recursos de orçamento. Nós temos uma discussão e um pedido de apoio na Assembleia Legislativa para que o Estado disponibilize 1% do seu Orçamento para a Assistência Social. Vejam bem, Florianópolis inteira, para toda a política pública, recebe pouco mais de R$ 1,2 milhão, sendo que só para realizar esse trabalho na Passarela da Cidadania a Prefeitura investe mais de R$ 3 milhões/ano.

É importante que o gestor municipal, assim como o nosso Prefeito de Florianópolis, identifique e invista para que o serviço funcione. Além de ter sensibilidade para atender as pessoas, para dar oportunidades e encaminhamentos, tem compromisso com a política pública, compromisso com o resultado. Isso se revela também com os investimentos, com a disponibilização de equipes da Guarda Municipal, com a disponibilização de recursos, de criação de serviços, de campanhas.

Então, quero destacar aqui toda essa integração dos entes, da sociedade civil que cobra, mas que é uma sociedade civil que além de cobrar, participa. E quero aqui registrar o nosso reconhecimento e agradecimento, nomeando o Rodrigo como presidente do Conseg, e em nome dele agradecer todos os participantes da sociedade civil, que, além de cobrar do Poder Público, participam efetivamente, propondo, atuando em conjunto e demonstrando uma parceria para atender as pessoas que mais precisam, sejam nas campanhas ou nas abordagens.

Quero destacar que toda parceria é fundamental e importante e quero convidá-los a conhecer o trabalho realizado pela Prefeitura de Florianópolis aqui na Passarela da Cidadania, que hoje, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, vai inaugurar a primeira turma de Educação de Jovens e Adultos na Passarela. Além do atendimento com alimentação, pernoite, higiene pessoal, nós também fazemos um trabalho de qualificação e encaminhamento para o mercado de trabalho, e agora com o envolvimento também na educação, porque sem educação nós não conseguimos avançar. Essa é a questão principal do nosso País.

Quero agradecer a cada um de vocês, parabenizar mais uma vez o Deputado por propor esta audiência. E não posso esquecer de mencionar o doutor Daniel Paladino, que como Promotor de Justiça sempre foi presente, fazendo o seu papel de cobrar e fiscalizar, mas sobretudo integrar uma força-tarefa, uma força de trabalho, propondo, apoiando, é um Promotor que está junto. Ele não só fiscaliza, mas faz parte dessa força-tarefa, sejam forças-tarefa noturnas, eventualmente durante o dia, ele está junto conosco, vendo a realidade, propondo encaminhamentos e apoiando. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Então eu diria que o maior *case* de sucesso são essas pessoas, essas entidades e instituições que compõem essa força-tarefa, que tem esse resultado tão grandioso e que nos honra em mostrar hoje para todo o Estado nesta audiência pública.

Muito obrigada, Deputado Moacir.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, Maria Cláudia, nossa Secretária de Assistência Social do Município de Florianópolis. Muito agradecido.

Com a palavra o senhor Delegado de Polícia Wanderley Redondo, representando a Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas de Santa Catarina.

**O SR. DELEGADO WANDERLEY REDONDO** – Deputado Sopelsa, quero cumprimentar a Deputada Ada De Luca; o senhor, Deputado, a quem tenho uma admiração e um apreço muito grande, um amigo de longa data, e em seu nome quero cumprimentar os demais Deputados, as pessoas que nos assistem e os funcionários.

A nossa Delegacia de Pessoas Desaparecidas é em nível estadual. Então, como já foi mencionado pelo doutor Paladino e pelo Rodrigo, nós vamos... Até vou passar aqui um pouquinho da última operação que nós fizemos. A nossa Delegacia faz, às vezes quinzenal, as operações, sendo que em alguns casos são diurnas, mas na maioria das vezes são noturnas.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

O que nós fazemos? A abordagem e a identificação de pessoas em situação de rua, que seria a coleta de impressões digitais pelos papiloscopistas do Instituto de Identificação. Então nós tiramos fotos, registramos as tatuagens das pessoas, levantamos aos prontuários, se essas pessoas são de fora do nosso Estado nós solicitamos o prontuário civil dessa pessoa desse outro Estado e depois é feito o confronto das impressões digitais, e a partir daí, conferindo, é jogado do nosso sistema.

(*São mostradas várias fotos.*)

Essa foto é da última operação, no dia 14 de junho agora, mostra uma preleção que fizemos lá no 4º PM, tinham 27 alunos da Academia da Polícia Civil; aqui o pessoal da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Então esse é o trabalho que eles fazem nessas abordagens. Abordou a pessoa, é pegar os dados – isso foi em frente à Praça Matriz. Nessa temos a coleta dessas impressões digitais. Esse senhor estava sentado, a gente faz uma abordagem bem social, não é feito revista nas pessoas, a única coisa que pedimos é a documentação para podermos identificar essas pessoas.

Essa imagem é aqui atrás do Instituto de Identificação, são todos craqueiros, viciados em *crack*. Então a importância de identificar esse pessoal, que junto a essas pessoas de bem que estão na rua, por algum tipo de necessidade, também se infiltram ali muitas pessoas com várias passagens pela Polícia. São meliantes. E aí (*aponta para a imagem*) estão o Secretário Adjunto da Assistência Social, o Jeferson, o doutor Rodrigo, eu e o doutor Paladino nessa operação.

Então aqui trago algumas informações só para exemplificar um pouco o trabalho que a gente faz. O rapaz teve uma passagem pela Polícia, Pablo Alexandre Navarro, e desde 2009 ele vinha com esse nome dentro do nosso sistema. Esse rapaz, aqui na esquerda, dizia aquele nome, nome falso, e aqui (*aponta para a imagem*) depois em 2016, quando nós fomos chamados para ir no Hospital Nereu Ramos porque houve uma briga, ele tomou uma paulada na cabeça e foi internado. Então, para vocês verem a diferença das pessoas, que com muito custo conseguimos identificar o verdadeiro nome, porque ele se negava a dizer o nome porque tinha uma passagem em Curitiba.

Então, geralmente é esse o álibi que eles usam. Conseguimos identificar o nome dele, que é José Batista Leopoldo. Já estava prescrita a pena dele, avisamos a ele, que depois se recuperou. Nós solicitamos a certidão de nascimento e ele fez uma identidade aqui no Estado. Então, para nós, são muito importantes as impressões digitais.

Esse é um caso que nós abordamos aqui na praça, até o doutor Paladino estava junto. Esse rapaz de 26 anos é morador aqui de Florianópolis, aqui do morro, o Geizon. Ele nunca fez a sua identidade, já cumpriu pena na penitenciária e vivia na situação de rua. Então, nesse trabalho que a gente faz através do DOA, solicitamos a certidão de nascimento dele e aí o levamos até o Instituto de Identificação para fazer a identidade, antes disso ele não tinha documento nenhum.

Nessa abordagem que nós fizemos agora, no dia 14 de junho, foram 68 pessoas abordadas, sendo 25 pessoas do nosso Estado, 23 do Rio Grande do Sul; 11 do Paraná; 4 de São Paulo; 2 de Minas Gerais; 1 de Alagoas; 1 da Bahia; e 1 do Uruguai. Destes, pelo crime de furto foram 22 pessoas; por roubo, 11; por tráfico de drogas, 9; por homicídio, 1; por estupro, 3; e 8 do artigo 129, lesão corporal, violência doméstica. Isso para vocês verem o nível dessas pessoas, sendo que um desses aqui que nós abordamos, um mineiro, estava com mandado de prisão ativo.

Então, Deputado, o que é que nós queremos evitar? Temos no nosso Estado uma média de 30 a 35 pessoas sendo enterradas como indigentes. E se é feito um trabalho com essa abordagem, então seja ele de outro Estado, nós coletamos a impressão digital, isso vai para o nosso sistema que tem acesso ao IML. Então, é de suma importância.

Em todos esses casos a gente procura dar oportunidade para essas pessoas, muitas vezes nos reunimos até para comprar passagens, quando numa época houve dificuldade da própria Prefeitura. Mas muitas pessoas vêm ao nosso Estado achando que o emprego é fácil, então a gente orienta e, às vezes, eles já querem de imediato voltar.

Então esse trabalho que a gente faz eu menciono como de fundamental importância. Nós já chegamos a fazer algumas reuniões do que seria o cadastro de pessoas em situação de rua em nível estadual, inclusive o Deputado Maurício Eskudlark apresentou esse projeto, e nós já estivemos reunidos com ele aqui para dar algumas pinceladas, colocando o nosso entendimento. Eu entendo que seria um projeto-piloto para o nosso país para a gente saber a situação dessas pessoas no momento em que são atendidas por uma assistente social, ou abordadas pela Polícia Civil, ou pela Polícia Militar. Então, é de suma importância.

E ficamos orgulhosos desse trabalho que é feito pelo DOA, principalmente porque a gente vê que vem dando resultado, é um trabalho de suma importância. Como os meus antecessores já mencionaram, ninguém é dono do DOA. Então, esse engajamento é de todos, a gente discute, conversa, nós, a Polícia Militar, a Guarda Municipal, o Ministério Público e a sociedade civil. E isso é de suma importância. Quiçá outro Estado possa nos copiar, mas a nossa integração é o sucesso, o *case* de sucesso do DOA.

Obrigado, Deputado, estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, doutor Wanderley.

Com a palavra o senhor Tenente-Coronel Dhiogo Cidral de Lima, Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina.

**O SR. COMANDANTE TENENTE-CORONEL DHIOGO CIDRAL DE LIMA** – Boa tarde, nobre Deputado Sopelsa e demais Deputados e autoridades que participam desta audiência pública, nobres amigos da mesa, doutor Paladino, doutor Rodrigo e Delegado Wanderley. É com honra e orgulho que eu estou aqui representando a instituição Polícia Militar de Santa Catarina na contextualização desse assunto que, sim, é afeto à Polícia Militar e que muito colabora com o nosso trabalho.

A Força-Tarefa DOA, como bem colocado aqui, é um evento multissetorial. Ela envolve várias forças, não só de segurança, mas também elementos de vínculo social, de saúde ou econômico-financeiro de uma cidade. É um reflexo de que as pessoas em situação de rua precisam também do apoio social, de apoio da saúde, do apoio econômico-financeiro, e com certeza também da segurança. Inserida nesse contexto é que a Polícia Militar faz o seu papel.

Hoje, aqui, eu represento não só o Comando do 4º Batalhão de Polícia Militar, que cuida da área central de Florianópolis, além das áreas sul e leste, mas também da região de toda a Florianópolis, do Município de Florianópolis, que conta com a presença da Polícia Militar. Então eu agradeço também a presença do Coronel Pontes, que também nos vê, Subcomandante-Geral da Polícia Militar, que dá mais força ainda a essa força-tarefa.

Como eu coloquei, esse é um problema que, além de ser social e econômico-financeiro, também é um problema de segurança, porque existe o reflexo da atividade dessas pessoas em situação de rua diretamente no cotidiano de uma cidade, na municipalidade. Uma pessoa em situação de rua está ali, dormindo na frente de um comércio, está fazendo suas necessidades na via pública, está conseguindo os seus meios de subsistência naquele espaço da rua de alguma maneira, seja lícita ou ilícita, está se prostituindo, está colaborando com o vínculo da cidade, com o cotidiano daquela cidade.

Então, nada mais justo do que a Polícia Militar, que é o órgão de maior interação social, porque estamos 24 horas por dia nas ruas, participar dessa força-tarefa, justamente por essa contextualização. Não é só pela salvaguarda da segurança pública e dos participantes da força-tarefa, mas até dessas pessoas que também estão ali nessa situação de vulnerabilidade, porque como bem vimos, além das pessoas de boa índole, que infelizmente são tragadas para essa questão da marginalidade, ou caem na rua por algum conceito pessoal, ou seja pelo uso de drogas, também algumas pessoas acabam se aproveitando dessa condição de viver na rua, na marginalidade, com essa sombra, com essa capa da invisibilidade, e acabam perpetrando alguns tipos de crimes, dos quais, necessariamente, temos interesse. Atuamos diretamente no cotidiano da cidade, então nós somos um meio através do qual as políticas públicas são aplicadas.

A Polícia Militar está aqui hoje, e a Polícia Militar de Santa Catarina é referência nesse assunto, e é muito gratificante participar dessa força-tarefa, justamente nesse conceito de que possamos viver a cidade, viver a municipalidade e trabalhar em políticas que sejam proativas e que construam uma cidade melhor, porque esse é o grande objetivo das pessoas de bem, construir boas cidades, onde se sintam seguras, onde se sintam respeitadas, onde seus direitos e deveres também sejam respeitados. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Nesse panorama todo a Polícia Militar sempre intervém, buscamos sempre de uma maneira proativa na força-tarefa, além da segurança das pessoas que estão na força-tarefa, também colaborar na identificação das pessoas que de alguma maneira trazem a marginalidade a esses grupos.

O doutor Wanderley já explicou na palestra dele aquele número de pessoas envolvidas com crimes e crimes até graves, como homicídio, estupro, e todos os demais que são correlatos. Então essas pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade ainda são vitimizadas por certas pessoas que se infiltram nesses grupos. Por isso que essa salvaguarda da Polícia Militar é imprescindível na realização do trabalho, estamos realmente nessa situação de protegê-los dessa vulnerabilidade.

Mais do que isso ainda, eu ouso dizer que a Força-Tarefa DOA é o instrumento mais democrático dentre as políticas públicas aplicadas recentemente ou na modernidade, porque os entes públicos e a sociedade civil, representada pelo Conseg e outros entes, levam de fato essas políticas públicas para a população de rua. A gente não fica num gabinete parado, sentado, dizendo ou fazendo demagogia, desculpem-me a franqueza, sobre essa situação de como se tratar uma política pública, a gente leva a política pública a essas pessoas, que são ajudadas através da Prefeitura, que tem a minha continência e o meu respeito, por essa situação do acolhimento social que gera, de toda essa máquina necessária para que essas pessoas consigam sair desse problema do qual vivem.

Então, às vezes a Polícia Militar é atacada sobre essas questões, umas falácias até, Deputado, sobre a questão de ser higienista ou atacar essas populações de ruas que têm o direito, como disse o nobre amigo Rodrigo, que têm o direito de estarem na rua. Não, essas pessoas estão numa situação degradante e é nosso dever apoiar essas pessoas e dar um encaminhamento para elas. E é um papel interessante, porque nessas forças-tarefas a Polícia Militar não faz essas intervenções mais de abordagem com revista pessoal e tudo mais. Não! É uma questão social, a gente está ali realmente para dar um apoio necessário e tirar essas pessoas daquela condição degradante.

Portanto, é feita uma abordagem de uma maneira cordial e tudo mais. Claro, existem cenários nos quais a Polícia Militar ou a polícia de uma maneira geral precisa fazer uma intervenção, mas essas são apenas questões pontuais. O nosso trabalho ali é justamente direcionar essas pessoas para que elas realmente tenham dentro daquela força-tarefa o seu respaldo e a sua garantia.

Vou contextualizar só na cidade de Florianópolis. Nós atuamos atualmente com uma população de rua em torno de seiscentas pessoas, em toda a Ilha de Santa Catarina. É um número grande, acentuado, e como ouvimos também na palestra do nobre Delegado, muitas pessoas vêm de fora, é um fenômeno natural que as Capitais dos Estados tragam essas pessoas de fora e acabem acompanhando. Por quê? Pela projeção social, pela chance de uma vida melhor, mas se essas políticas públicas das quais nós levamos às ruas não forem aplicadas, corremos sérios riscos da degradação dos espaços públicos, tal como acontece em São Paulo, com cracolândias instaladas, situações que já foram apresentadas pelo Rodrigo. Então eu me valho de todas essas apresentações apenas para ilustrar a situação que a gente vive.

Então, realmente é imprescindível que esse trabalho tenha continuidade, ele é valoroso, ele realmente dá uma resposta real da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, da qual me faço representar aqui, e também da Prefeitura Municipal, não deixando instalar na nossa cidade espaços onde não vige uma lei, onde não vige o respeito. E o pior, a criminalidade acha um rebanho, acha um reduto, atacando aquelas populações vulneráveis, que fazem uso de drogas, que de alguma maneira colabore com a marginalidade, e de uma maneira infeliz até, porque se elas estão na rua precisam da sua subsistência de alguma maneira. Se elas não têm um trabalho regular, se não estão prestando serviço à sociedade através de um trabalho, vão conseguir a sua subsistência como? Tanto é que eu posso exprimir que pelo menos 80% dos furtos na área central de Florianópolis têm correlação com pessoas em situação de rua. É uma característica triste, mas verdadeira.

Por isso é importante que se consiga identificar essas pessoas. E hoje em dia a Polícia Militar trabalha com programas integrados através da Rede Catarina, que protege as mulheres, da Rede de Vizinhos, que é uma interação entre a própria comunidade local, que consegue cruzar essas informações e a identificação fica clara. Então todo esse contexto demonstra realmente que precisamos tomar muita atenção, porque é um problema que vem se agravando ano após ano, talvez essa própria questão da pandemia ainda tenha agravado um pouquinho mais esse cenário infeliz, mas continuamos aqui dando essa pronta resposta a esse trabalho.

Mais uma vez eu reforço, Deputado, a visão principal da Polícia Militar é proteger os vulneráveis, sejam eles quem for, e estaremos aqui sempre prontos para essa situação.

Por fim, mais uma vez eu reforço, o DOA é um instrumento democrático através do qual os entes públicos e a sociedade civil levam as políticas públicas a todos que precisam. A todos que precisam, porque aquelas pessoas que estão lá na rua também são pessoas e, por isso, têm o nosso interesse e a Polícia Militar continuará trabalhando nessa linha.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, Tenente-Coronel Dhiogo. Parabéns pelas suas palavras.

Com a concordância de todos, eu abro a palavra aos internautas que estiverem *on-line* e que gostariam de se manifestar. Vejo na tela a Promotora Lia; o Promotor Luiz; também o Hélio, da CDL; o Tenente Gustavo Silva; e o Subcomandante-Geral da PM também.

Com a palavra o Coronel Marcelo Pontes, Subcomandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

**O SR. SUBCOMANDANTE-GERAL CORONEL MARCELO PONTES** – Ao cumprimentar o Deputado Sopelsa, cumprimento a Deputada Ada De Luca e os membros da Assembleia Legislativa; um cumprimento especial ao Promotor Daniel Paladino, agradeço pelo convite para participar desta audiência pública; ao Rodrigo Marques, do Conseg de Florianópolis; ao Wanderley Redondo; ao Coronel Araújo Gomes; ao Hélio, da CDL, um dos fundadores do DOA, enfim, a todos que estão participando, aos meus colegas da Polícia Militar.

Deputado, eu pedi a palavra para, rapidamente, testemunhar todo esse trabalho, tudo aquilo que foi dito nesta audiência pública. Eu tive a oportunidade de participar dos trabalhos antes do DOA e da fundação do DOA, junto com os colegas que aqui fizeram uso da palavra, e a gente vê o que era o trabalho com pessoa em situação de rua antes do DOA e o que é depois. Toda a questão do trabalho que aqui foi colocada é um exemplo para a nossa cidade, para o nosso Estado, Deputado, o senhor que representa a Assembleia Legislativa, é de fato um trabalho elogiável, porque como foi dito aqui, aquilo que se fazia cada um do seu jeito, da sua forma, pelo DOA foram unidos os esforços, buscou-se um objetivo único de forma muito clara, muito transparente, por isso aqui eu ressalto a participação da sociedade civil organizada, através dos Consegs, e o Rodrigo aqui é um deles, como também o Hélio, que é da CDL, foram lá no início bem participantes, dando uma transparência, uma abertura a tudo aquilo que se faz.

Para nós, Polícia Militar, o DOA veio no sentido de dar mais calma para o nosso trabalho, porque nós, eventualmente, até então éramos denunciados por violência policial, por abuso de autoridade, porque as pessoas confundiam uma pessoa em situação de rua na frente da sua loja como uma ocorrência policial, como se a polícia tivesse que chegar a força e tirar dali, tomando providências, né? Então uma simples abordagem pelo policial militar desencadeava, como o doutor Paladino sabe disso, pois que chegavam lá notícias de fatos que tinham que apurar, e o DOA deu essa nova roupagem. Sempre digo que a Policia Militar, nesse contexto, não aparece, ela fica lá no segundo plano dando segurança para que as pessoas, assistentes sociais, a saúde, a Comcap, possam fazer o seu trabalho, cada um dentro da sua competência. Eu falo isso muito tranquilo.

Então a nossa participação nesse contexto é de dar segurança a todos os envolvidos para que o trabalho do DOA se realize com tranquilidade, e a gente percebeu, de fato, que deixamos de ser o foco, pois muitas vezes se falava que a Polícia Militar era violenta, e era uma forma de algumas pessoas dos movimentos sociais usarem isso como bandeira e esse discurso acabou se perdendo, porque de fato esse trabalho foi ordenado e quem está à frente hoje é quem tem que estar, que é o social, o braço social do Município, e aí amparado pelos demais órgãos. Temos o Ministério Público, e aqui eu faço mais uma ressalva à liderança do Promotor Daniel Paladino, junto com os demais colegas que participam desta audiência Pública, porque a gente sabe a importância que é para dar a legitimidade do trabalho. Então é o Ministério Público, o Município, os órgãos de segurança integrados, a Guarda Municipal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, abraçando essa causa. É um trabalho de fato elogiável.

Eu pedi a palavra, Deputado e senhores, para testemunhar e dizer que de fato é um trabalho exitoso, um trabalho de referência, sobre o qual nós já estamos divulgando a informação. Eu fiz contato com o Tenente-Coronel Celso, lá de Joinville, que se mostrou interessado em de repente levar essa mensagem a Joinville, assim como também Jaraguá do Sul, como foi feito aqui em Palhoça. Mas uma coisa nós precisamos, como foi dito pelo Delegado Wanderley Redondo, o nosso cadastro estadual, Deputado. Nós tivemos um processo aqui inicialmente, até com a participação da Polícia Militar, hoje está rodando aqui um cadastro que nós iniciarmos lá, mas precisa aumentar isso, tornar isso de uma forma estadualizada para que possamos monitorar as pessoas em todo o Estado de Santa Catarina e não somente na cidade de Florianópolis.

Então, a minha fala era rápida, só para agradecer o convite e parabenizar todos pelo trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito obrigado, Coronel Pontes, e parabéns pelo seu trabalho.

Fui alertado aqui pelo doutor Daniel que também temos presente à audiência o Promotor Cristian.

Com a palavra o senhor Hélio Leite, gerente de Articulações da CDL de Florianópolis.

**O SR. HÉLIO LEITE** – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Sopelsa, Deputada Ada De Luca, e parabéns ao senhor pela condução dos trabalhos de hoje, especificamente, dando a oportunidade ao DOA de fazer essa apresentação.

Eu, como representante da sociedade civil, também venho deixar o meu testemunho do trabalho magnífico que todas as pessoas, todos os órgãos que participam dessa força-tarefa, desprendidos dos seus egos e de suas vaidades, pois que deixaram em segundo plano para poder construir uma solução, dando todo esse aparato às pessoas em situação de rua que hoje convivem nos espaços públicos do Município de Florianópolis.

Já participamos desde a pré-formação da Força-Tarefa DOA, junto com o nosso Coronel Marcelo Pontes; muitas pessoas conhecidas aqui; o Araújo Gomes; o meu amigo Wanderley; os amigos Daniel e Rodrigo, que acabamos até estreitando o nível de amizade pela relação; a Secretária Maria Cláudia e o Jef, fantásticos. Então, é muita gente imbuída da intenção de trabalhar esse assunto, o Município com o objetivo de poder abrir várias frentes, porque esse trabalho precisa ter uma estruturação muito forte e o Município conseguiu fazer essa infraestrutura.

Esperamos ter a divulgação e o reflexo desse trabalho para todo o Estado de Santa Catarina a fim de que possamos criar uma rede de apoio cada vez mais forte e, com isso, fortalecer o objetivo principal de todo esse trabalho, que é a ressocialização da pessoa em situação de rua, a volta dele para o convívio da sociedade. Eu acho que essa é uma luta na qual todos nós devemos estar empenhados para que possamos realmente ter toda a condição de trazer essas pessoas novamente ao convívio da sociedade.

Obrigado e uma boa-tarde a todos. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito agradecido, senhor Hélio. Não tenho nenhuma dúvida de que nós precisamos construir junto com a sociedade civil e as instituições públicas a fim de que se possa realmente fazer um trabalho que venha a atender as necessidades dessas pessoas.

Com a palavra o Promotor de Justiça Cristian Richard Stahelin Oliveira, representando o Ministério Público da Comarca de São José.

**O SR. PROMOTOR CRISTIAN RICHARD STAHELIN OLIVEIRA** – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Moacir Sopelsa, que preside esta audiência pública, e em seu nome gostaria de cumprimentar as demais autoridades, os demais Deputados, os Secretários de governo que também participam desta reunião, as autoridades militares, os representantes da CDL e os servidores da Casa.

Eu gostaria de ser muito breve na minha fala. Eu quero dizer que, como Promotor de São José que atua na área da cidadania, eu vi no DOA uma possibilidade de nós conseguirmos um referencial para tratar dessa questão tão cara a toda a sociedade catarinense, que é o trato das pessoas em situação de rua. O DOA tem servido, sim, como um modelo muito importante e acho que ele deve ser trabalhado, espraiado para outras regiões do Estado. Especificamente nós temos que trabalhar a questão da Grande Florianópolis de uma maneira geral, a Região Metropolitana. Nós não podemos esquecer que o sucesso do *case* de Florianópolis está intimamente ligado ao sucesso dos demais Municípios da Grande Florianópolis.

A gente tem recebido algumas informações que são preocupantes no sentido de que alguns Municípios da região e alguns Municípios do Estado não têm executado as suas políticas públicas de forma correta. E pior, muitas vezes vendo os Municípios que têm sucesso nessa atuação, têm delegado esse trabalho, esse serviço que lhe é inerente aos Municípios que têm feito, que têm arregaçado as mangas para enfrentar o problema.

Como testemunho, eu tenho apenas a registrar que aqui em São José, apesar de nós termos uma condição um pouco mais acanhada do que Florianópolis, tem havido um grande empenho das Secretarias de Saúde e de Assistência Social e também da sociedade civil no sentido de se mobilizarem para tratar da questão das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, nós temos feito várias reuniões – agora, na época de pandemia, com um pouco mais de restrição – envolvendo os Vereadores do Município, envolvendo autoridades, no sentido de dar um pouco mais de dinâmica e de adaptação, na verdade, ao modelo que é aplicado em Florianópolis aqui para São José.

Então, em linhas gerais eu gostaria de dizer isso, que esse trabalho pode ser coroado de êxito pleno se nós passarmos a tratá-lo como um problema não apenas de uma cidade, mas como um problema regional e, especificamente na nossa área, como um problema que envolve os Municípios da Grande Florianópolis.

Era isso e muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Muito agradecido, doutor Cristian.

Um dos pensamentos, quando o doutor Daniel Paladino nos sugeriu a realização de uma audiência pública, foi exatamente para que os demais Municípios de todo o Estado pudessem conhecer o trabalho que está sendo feito aqui. E a Assembleia Legislativa tem uma força grande, através da sua TV e das rádios alinhadas com a Assembleia, para fazer uma boa divulgação. Esta audiência, além de transmitida, está sendo gravada e nós podemos usar muito isso para que se possa expandir o trabalho que faz o DOA aqui em Florianópolis aos demais Municípios do Estado.

Eu não tenho nenhuma dúvida, doutor Cristian, que nós não podemos ter um Município isolado daquilo que acontece dentro do País e dentro do Estado. Nós somos uma Ilha, mas não conseguimos deixá-la fechada. Vossa excelência está certíssimo, nós temos que levar esse trabalho para mais Municípios do Estado de Santa Catarina.

Mais alguém pediu para falar?

Doutor Daniel Paladino.

**O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO** – Só quero fazer uma referência, Deputado, ao senhor Beto Jacobus, diretor-geral desta Casa, que esteve aqui nos prestigiando até há pouco, agradecendo-lhe também pelo apoio hipotecado à força-tarefa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Doutor Daniel, ao encerrar esta audiência, eu quero fazer um agradecimento todo especial a vossa excelência e, se me permitem todos aqui, no nome do doutor Daniel, quero agradecer a todos que estiveram aqui, aqueles que participaram também via remota, *on-line*, e agradecer também e cumprimentar a doutora Karina, esposa do doutor Daniel e que foi uma pessoa que nos incentivou a fazer esta audiência pública. Eu quero também agradecer muito ao Presidente da Casa, Deputado Mauro de Nadal, que nos deu todo o apoio para que a gente pudesse realizar esta audiência pública.

Eu fiz algumas anotações, e até peço escusas, mas não sei se a Secretaria de Ação Social do Estado de Santa Catarina... E conversando com o Rodrigo, não se tem certeza de um orçamento fixo para a ação social, e haveremos de fazer a quatro mãos esse reconhecimento e também se formos fazer e daí nascer uma proposta, que essa proposta possa ser construída com o governo do Estado para que se tenha realmente recursos disponíveis para que as Prefeituras, com o envolvimento da sociedade civil, - e aqui a gente viu o Hélio se colocando à disposição -, possam atuar; bem como também tentarmos desengavetar ou desarquivar esse projeto do Deputado Maurício Eskudlark, para que juntos possamos dar andamento.

Eu acredito que nós iniciamos aqui uma caminhada que pode ter muito sucesso, até porque eu não conhecia o trabalho do DOA. E quero dizer que pelo tempo que vivo em Florianópolis, a metade dos meus dias nos últimos 23 anos eu passo aqui em Florianópolis, quero reconhecer que, nos últimos três ou quatro anos eu vi muito menos gente vivendo na rua, pessoas que vivem sem trabalho, em péssimas condições. Agora a gente vê muito menos do que nós já vimos no passado. Então existe, sim, o trabalho das instituições, da Prefeitura, mas eu não tenho nenhuma dúvida que tem aí o trabalho de organização do DOA junto com as instituições: a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público, as Prefeituras, o governo do Estado.

Daqui a pouco nós precisaremos repensar, inclusive, as ações sociais que são feitas hoje, de que forma são distribuídos, quando se distribui algum benefício em favor das pessoas mais carentes, das pessoas com mais dificuldades, ou seja, se nós estamos realmente fazendo isso de forma organizada, se nós estamos fazendo isso de maneira planejada, se isso realmente chega nas pessoas que precisam. Eu não tenho nenhuma dúvida que nós podemos crescer muito, que nós podemos nos organizar muito melhor e aproveitarmos melhor os recursos que nós temos.

Quando chega o inverno, é costume lá em casa as minhas filhas e a minha esposa falarem: olha, essas roupas aqui nós precisamos doar, não servem, mas são boas. Mas não fazemos um planejamento para entregar, a primeira pessoa que encontramos nós damos a roupa. E daqui a pouco tem gente que precisa mais e tudo seria muito melhor aproveitado se entregássemos isso numa instituição que fizesse a triagem para aproveitar melhor essas doações.

Então, peço aqui escusas se não tinha até agora conhecimento do DOA, mas fico muito agradecido, fico feliz e agradeço a participação de todos.

Vamos deixar acordado aqui que junto com o DOA a Assembleia Legislativa – e eu vou levar essa proposta à Assembleia Legislativa – e as instituições, quem sabe, poderiam criar um programa melhor, uma coisa que a gente possa fazer um trabalho com uma melhor estrutura, ajudando esses voluntários que estão fazendo esse trabalho e que querem ver as pessoas terem uma vida mais digna. Eu acho que a maior dignidade de uma pessoa é você poder ter o seu trabalho, é você poder ganhar o sustento da sua família com o seu trabalho. Então são questões sobre as quais nós precisamos crescer muito ainda, no mundo e no nosso País também. É aquilo que disse o doutor Rodrigo, não acredito que alguém com boa vontade possa passar fome em Santa Catarina, passar fome e sede. O que talvez nós precisamos é nos envolver mais.

Eu já me alonguei bastante e quero mais uma vez agradecer a todos e saber se alguém quer fazer uso da palavra ainda.

**O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO** – Se me permite, quero fazer uma consideração final e até aproveitar, de público, para fazer um convite.

Primeiro, agradecendo novamente a oportunidade que nos foi dada, o senhor foi extremamente solícito e gentil quando nos atendeu e depois em todas as outras reuniões que fizemos. Fico muito feliz que o senhor tenha compreendido ainda mais o trabalho que é feito, e espero que também as senhoras Deputadas e os senhores Deputados que participam desta audiência assim tenham compreendido.

Quero fazer um convite para que se a Assembleia Legislativa também quiser, designe algum membro, através de vossa excelência, do Presidente Nadal ou da Deputada Ada De Luca, teremos o maior prazer em contar nos quadros do DOA com um representante da Assembleia Legislativa para poder contribuir e aperfeiçoar ainda mais os trabalhos que estão sendo feitos. Nós ficaríamos muito orgulhosos e lisonjeados.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Moacir Sopelsa)** – Com certeza construiremos isso, para que se tenha um membro da Assembleia Legislativa, um Deputado que possa participar como membro do DOA.

Mais uma vez muito obrigado a todos, e que possamos construir um mundo melhor, um País melhor para todos. É aquilo que foi dito aqui, a obrigação é de todos em fazer com que as pessoas possam ter uma vida mais digna. Agradeço a todos e vamos nos cuidar, porque a Covid ainda não acabou.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA**

**PROPONENTE E PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**